

POLÍTICA NACIONAL EM FOCO: OLHARES DE PESQUISADORES E PROFESSORES

Organizadoras:

Isabel Cristina Alves da Silva Frade

*Professora do programa de pós-graduação da FAE/UFMG
Pesquisadora do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da FAE/UFMG
Presidente da Associação Brasileira de Alfabetização (Gestão 2018-2019)
Membro do GT 10 da Anped
Coordenadora do PNAIC /UFMG (2012-2015)
icrisfrade@gmail.com*

Sara Mourão Monteiro

*Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG)
mourao.sara@gmail.com*

Na publicação do Decreto Nº 9.765, de 11 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional de Alfabetização (PNA), e na publicação do caderno “Política Nacional de Alfabetização”, divulgado pelo Ministério da Educação, no dia 15 de agosto de 2019, foram evidenciados os pressupostos que orientam os rumos e as estratégias que estão sendo pensadas para a Política Nacional de Educação. A realização da I Conferência Nacional de Alfabetização Baseada em Evidências (CONABE) foi delineando um pouco mais as tendências, reforçando as escolhas e seleções feitas no campo da alfabetização.

Ao analisar as concepções anunciadas no documento e ao acompanhar a programação do CONABE, constata-se que foram eleitos dois paradigmas de pesquisa: o da Ciência Cognitiva e o da Neurociências. Também foram citados relatórios internacionais, como o Observatoire National de la Lecture, publicado em 2007 e o National Reading Panel, publicado em 2000. Baseando-se em “relatórios e documentos de políticas públicas voltadas à alfabetização” (p.32), foram selecionados seis pilares para o desenvolvimento do ensino da língua escrita: “a consciência fonêmica, a instrução fônica sistemática, a fluência de leitura, o vocabulário, a compreensão de textos e a produção escrita”. (p.32) As escolhas, segundo o documento, foram baseadas em “rigorosa metanálise quantitativa” (p.16).

Reforçando o compromisso em defesa da alfabetização como direito de todo(a)s, e no intuito de continuar contribuindo com os debates sobre alfabetização e formação de professora(s), vários pesquisadores e professores brasileiros com competência científica e a experiência acumuladas na pesquisa, formulação e execução de políticas públicas de alfabetização se

manifestaram por meio da Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF). Ao ler seus textos, verifica-se que foram levantados problemas políticos, epistemológicos, conceituais, pedagógicos e metodológicos. Qual a concepção de evidências foi adotada na PNA? Qual o conceito de alfabetização contido no documento? Por que o apagamento de conceitos, como o de letramento? Por que não foram considerados mais de 40 anos de pesquisas e projetos de formação de alfabetizadores sobre o tema, no Brasil? Por que a adoção de um caminho metodológico e teórico, quando há vários caminhos com os quais a pedagogia e a política teriam que dialogar? Que outras evidências de pesquisa e experiências válidas para tornar a discussão mais qualificada e complexa não foram consideradas? Quem foram os especialistas escolhidos para escrever os documentos? Quais as possíveis repercussões da PNA para os sistemas e redes de ensino e para a produção de materiais? Que expectativas são criadas para as famílias com a ideia de literacia familiar?

Muitas destas perguntas foram respondidas pelos textos publicados neste dossiê. A PNA repercutiu e vem repercutindo no pensamento educacional brasileiro e o ano de 2019 foi marcado por um conjunto de manifestos, cartas, reações e indagações sobre a política que pretende orientar as ações de ensino nas escolas públicas e de formação de professores. A organização deste número especial da Revista Brasileira de Alfabetização, que abre uma exceção para publicação de artigos em diversos formatos, visa dar ampla divulgação a esses textos, escritos por quem atua junto à (ao)s educanda (o)s e como pesquisadora(e) em escolas e universidades públicas e em associações como a Associação Brasileira de Alfabetização (ABAlf). Não foram feitos resumos dos artigos porque eles abordam a mesma problemática, a partir de diferentes ângulos.

Os diferentes posicionamentos ajudam a construir uma avaliação coletiva, elaborada por autores que também pesquisam a alfabetização e são protagonistas da ação pedagógica de formar alfabetizadores.

Cientes dos problemas que a alfabetização enfrenta no Brasil, sobretudo porque os resultados são associados à herança de desigualdades sociais, também esperamos que a alfabetização seja um direito de todos, ampliando o horizonte de expectativas dos cidadãos e a participação de crianças, jovens e idosos na sociedade.